

REUNIÕES SECTORIAIS
LISTAGEM DAS RECOMENDAÇÕES E INICIATIVAS
PROPOSTAS

II Encontro Ministerial dos Correios e Telecomunicações da CPLP
(Bissau, 27 e 28; Bubaque, 29 e 30 de Abril de 1998)

Foi reafirmado na ocasião:

- o significado político dos Encontros Ministeriais Sectoriais no seio da CPLP e o seu contributo para a concretização dos programas de acção do Secretariado Executivo;
- a importância do sector das comunicações para os países da CPLP como factor de desenvolvimento económico e social, fonte de segurança, bem estar e aproximação entre as populações;
- a prioridade que deve ser concedida à modernização dos sistemas de comunicação, tanto a nível de infra-estruturas como de regulamentação;
- o valor da troca de experiências nacionais e das reflexões conjuntas periódicas sobre os processos de liberalização e privatização em curso nos diversos países;
- a necessidade crescente da cooperação entre as respectivas Administrações, a nível bilateral e multilateral, no quadro da CPLP; e
- a importância da valorização dos recursos humanos ligados às comunicações nos diversos países da CPLP.

Decidiu-se, ainda, que os países da CPLP deverão:

- continuar a promover regularmente encontros multilaterais para reflexão conjunta e coordenação das suas actividades;
- organizar regularmente seminários para quadros técnicos das respectivas Administrações;
- coordenar as suas posições nas organizações internacionais do sector;
- assumir posições concertadas nessas organizações no que diz respeito à defesa e expansão da utilização da língua portuguesa;
- apoiar todas as candidaturas apresentadas por países da CPLP nas Conferências da UIT e da UPU;
- estabelecer formas avançadas de trocas de informação através da criação e ligação dos seus *sites*;
- criar ou reforçar a capacidade dos órgãos de regulação dos sectores das telecomunicações, garantindo a sua autonomia jurídica, administrativa e financeira;

- promover contratos de concessão ou contratos programa e/ou convénios de preços e qualidade de serviço com os operadores do serviço público de cada País membro;
- considerar o licenciamento a curto prazo de sistemas de comunicações via satélite;
- criar ou desenvolver quadros legais adequados para a prestação dos serviços postais;
- continuar a prestar especial atenção à área dos correios, nas componentes de legislação e modernização, dando especial ênfase à problemática dos Correios no próximo Encontro Ministerial;
- contar com o Secretariado Executivo da CPLP como o garante da aplicação das recomendações emanadas do Encontro Ministerial e da reunião dos especialistas, que o precedeu.

Reunião dos Presidentes dos Parlamntos de Língua Portuguesa
(Lisboa, 20 e 21 de Março de 1998)

A reunião foi oportunidade para a assinatura dos seguintes documentos:

- 1) Declaração Constitutiva do Fórum dos Parlamntos de Língua Portuguesa (FPLP)
– Trata-se do documento que institui a vertente parlamentar prevista na Declaração Constitutiva da própria CPLP. Em seu quadro deverá processar-se a cooperação já programada e a programar entre os poderes legislativos dos sete países.
- 2) Declaração Conjunta sobre o Uso de Redes Electrónicas para Reforço da Cooperação Parlamentar - Documento assinado com o objectivo de interligar os Parlamntos dos Países de Língua Portuguesa, por forma a eliminar o tempo e a distância na troca de dados, informações e experiências.

I Conferência dos Ministros Responsáveis pelas Pescas dos Países da CPLP
(Recife, 1 e 2 de Dezembro de 1997)

1. Foi ressaltada, durante a reunião, a importância dos trabalhos desenvolvidos, desde a criação da Conferência, i.e., no biénio 96/97, nas áreas de valorização de recursos humanos no domínio das pescas e aquicultura e aprimoramento da documentação técnica e científica de unidades informacionais. Assim sendo, foram aprovados os projectos na área de apoio institucional identificados pelos técnicos, conforme as linhas orientadoras definidas no Encontro de Luanda.
2. Foi sublinhada a necessidade de compatibilizar o desenvolvimento do sector pesqueiro com práticas de pesca responsável, que garantam a conservação e o uso

sustentável dos recursos, princípios que nortearam as acções no âmbito da Conferência.

3. Foi assinalado que o aprofundamento das relações entre os sectores produtivos privados - mediante a forma de parcerias - e o fortalecimento das ligações entre organizações representativas do sector ou outras modalidades associativas poderão constituir-se em um meio eficaz para o aumento do investimento nos sectores da pesca, aquicultura, indústria transformadora, transferência de tecnologia e incremento das trocas comerciais de produtos pesqueiros entre os países da Comunidade, além de servir para a conquista de outros mercados regionais.

Conferência dos Ministros da Educação
da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
(Lisboa, 24 e 25 de Novembro 1997)

Os responsáveis pela Educação nos países da CPLP decidiram:

1. realizar reuniões anuais dos Ministros da Educação da CPLP, em regime rotativo;
2. promover a realização de estudos e encontros técnicos, a preceder as reuniões ministeriais,
3. encarregar o Secretariado Executivo da preparar, em conjunto com o país anfitrião, a próxima reunião dos Ministros da Educação;
4. delinear estratégias de cooperação e aprofundar conhecimentos mútuos a partir da análise das experiências regionais na Europa, África e América Latina.

Outras decisões de relevo incluem:

- a) no que concerne ao ensino à distância:
 - desenvolver modalidades de ensino, formação e educação aberta e à distância em todos os níveis do sistema educativo, como estratégia para superar, de forma qualificada, as insuficiências das estruturas educativas;
 - incentivar modalidades de ensino, formação e educação aberta e à distância no âmbito da formação de professores;
 - identificar e promover de forma generalizada os projectos de ensino, formação e educação aberta e à distância que se destinam a melhorar o desempenho escolar, ao nível do ensino básico;
 - iniciar um trabalho de co-produção de materiais de ensino multimédia para as disciplinas consideradas de primeira prioridade, entre as quais a Língua Portuguesa;
 - difundir o ensino mediatizado;
 - elaborar um relatório sobre o ensino à distância e mediatizado com propostas de actuação, prazos e financiamentos.

b) quanto ao ensino superior:

- organizar um encontro técnico-preparatório para discussão dos problemas com que se defrontam os sistemas do ensino superior, ao nível da formação e investigação e definir prioridades de cooperação no âmbito da investigação fundamental e aplicada;
- articular e harmonizar a formação terminal no ensino secundário em cada um dos países, a fim de superar os obstáculos de ingresso no ensino superior noutros países;
- reforçar as condições para o intercâmbio e mobilidade de docentes, de investigadores e de estudantes no espaço lusófono;
- incentivar as actividades de avaliação do ensino superior;
- estudar mecanismos que possibilitem e estimulem o retorno dos diplomados aos seus respectivos países de origem.

c) quanto ao Instituto Internacional de Língua Portuguesa - IILP:

- reafirmar a sua importância e proceder à revisão do seu enquadramento jurídico;
- elaborar projectos que respondam às necessidades de ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa, como língua segunda;
- promover a utilização da Língua Portuguesa nos organismos internacionais e regionais;
- configurar a organização do IILP numa estrutura de coordenação simples e flexível, devendo ser elaborados proposta de estatuto e plano de actividades, no prazo de 180 dias, para aprovação na próxima reunião de Ministros da Educação;
- localizar a sede dessa estrutura de coordenação em Cabo Verde, orientada pelo seu Ministro da Educação em coordenação com os representantes dos vários países, integrados nas seguintes instituições:
 - Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (de Angola);
 - Academia Brasileira de Letras;
 - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (da Guiné Bissau);
 - Fundo Bibliográfico da Língua Portuguesa (com sede em Maputo, Moçambique);
 - Instituto de Inovação Educacional (de Portugal); e
 - Instituto Superior Politécnico (de São Tomé e Príncipe).

I Encontro dos Ministros das Administrações Públicas da CPLP
(Lisboa, 18 a 20 de Novembro de 1997)

Os membros dos Governos da CPLP reunidos na ocasião decidiram:

- 1) dedicar especial atenção à questão da formação profissional no sector;
- 2) privilegiar, igualmente, sem prejuízo do desenvolvimento de acções a nível nacional, a cooperação multilateral para a implementação de programas de assistência técnica em projectos de âmbito regional e sectorial, nos domínios da modernização e reforma administrativa e da formação em administração pública;
- 3) aprovar a realização de um *workshop*, por ocasião do II Encontro dos Ministros das Administrações Públicas (a ter lugar em Moçambique, em 1998), para debater os seguintes assuntos:
 - a) formação profissional e gestão de recursos humanos;
 - b) funcionamento dos serviços públicos; e
 - c) informatização dos serviços públicos.
- 4) instituir uma Comissão Permanente para a cooperação nas áreas da reforma e modernização administrativa;
- 5) privilegiar a participação de técnicos dos países da Comunidade nas acções de cooperação no sector;
- 6) aprovar a realização de missões técnicas nos países da CPLP com vista à identificação de projectos específicos de cooperação multilateral;
- 7) aprovar a criação de uma bolsa de formadores e consultores em Administração Pública para técnicos dos países membros;
- 8) aprofundar os canais de comunicação entre os países membros da CPLP, desenvolvendo as diligências necessárias à exploração das novas tecnologias de comunicação, nomeadamente através da Internet;
- 9) aprovar a criação de uma *home page* especialmente dedicada à Administração Pública a articular-se com a *home page* do Secretariado Executivo; e
- 10) promover a elaboração e publicação de um relatório caracterizador das Administrações Públicas dos Sete.

Reunião dos Ministros da Agricultura da CPLP
(Roma, 10 de Novembro de 1997)

A reunião contou com:

- 1) Um encontro prévio, não agendado, convocado pelo Brasil com vista à concertação de posições em relação a programa proposto pelo Brasil e recusado pela FAO.
- 2) Uma exposição do Representante da FAO sobre:

- a) o Programa Especial da FAO para a Segurança Alimentar, que compreende: controlo de água, intensificação da produção vegetal, diversificação dos sistemas de produção e análise dos condicionalismos existentes. Numa segunda fase, o programa implica a reforma da política agrícola e um programa de investimentos; e
 - b) o Programa de Cooperação Sul-Sul, que envolve um país receptor, um país que fornece apoio técnico, a FAO e, eventualmente, um quarto membro da Organização, que é doador ou financiador.
- 3) Prolongado debate sobre programa bilateral de cooperação, na área da segurança alimentar, entre o Brasil e a Guiné-Bissau.
 - 4) Intervenções de representantes de países membros, em que se salientava a importância da implementação de projectos de cooperação no sector, sobretudo em questões de formação e informação (i.e., no reforço das capacidades existentes nos Estados), e se lamentava a inexistência de projectos multilaterais entre a FAO e a CPLP.
 - 5) Intervenção da Representante do Secretário Executivo, em que foi solicitada aos Estados Membros da CPLP a análise, *a posteriori*, dos projectos enunciados no ponto 3 da Agenda proposta (iniciativas de cooperação entre a CPLP e a FAO), que, lamentavelmente, não pôde ser discutido na ocasião.

Fórum dos Empresários de Língua Portuguesa
(Lisboa, 16 a 18 de junho de 1997)

1. Contou com painéis sobre os seguintes temas:
 - a) o Espaço Económico da Lusofonia - perspectiva empresarial;
 - b) lusofonia, competitividade e internacionalização;
 - c) o Brasil no contexto das relações União Europeia-Mercosul;
 - d) cooperação empresarial inter-regionais;
 - e) agro-indústrias, pescas e desenvolvimento sustentado;
 - f) infra-estruturas para desenvolvimento;
 - g) cooperação económica Europa-África (UEMOA);
 - h) cooperação económica Europa-África. Reflexões em torno de Lomé.
2. Sem prejuízo das conclusões e recomendações retiradas de cada um dos painéis, algumas idéias-força puderam ser detectadas, atravessando transversalmente o conjunto dos debates. São elas:
 - a) os países da lusofonia têm interesse estratégico no reforço da cooperação económica e empresarial entre si;

- b) a parceria no interior de cada um dos países da CPLP, e dos PALOP em especial, é condição *sine qua non* para o sucesso dos respectivos esforços de desenvolvimento, com os Governos a assegurarem a estabilidade económica e financeira e o sector privado a apostar no investimento produtivo; e
- c) a parceria pretendida só será efectiva com um adequado apoio à formação e consolidação de uma classe empresarial africana em cada um dos PALOP.

**I Encontro de Ministros Responsáveis pela Segurança
da Comunidade de Países de Língua Portuguesa**
(Lisboa, 11 de Junho de 1997)

As delegações manifestaram existir interesse:

- no intercâmbio de experiências,
- na produção e partilha de conhecimentos e informações,
- no apoio técnico, e
- na concertação de iniciativas que visem o combate à criminalidade organizada transfronteiriça.

Na oportunidade, decidiu-se:

1. dar prioridade ao combate em conjunto a práticas ilícitas como o narcotráfico, contrabando de viaturas, imigração clandestina organizada/tráfico de pessoas;
2. pela oportunidade da realização de encontros anuais com vista a um melhor conhecimento da evolução das formas de criminalidade;
3. elaborar programas de cooperação que visem à formação contínua e especializada de elementos pertencentes às forças policiais dos países da Comunidade;
4. pela necessidade de incentivar a cooperação também em áreas como protecção civil, bombeiros, viação rodoviária e controle de documentação de viaturas;
5. pela necessidade de se dar início a um período de estudo e preparação técnica que permita a adopção de medidas concretas com vista a facilitar a circulação de pessoas no espaço comunitário;
6. criar um Observatório dos Fluxos Migratórios no âmbito da Comunidade;
7. realizar uma reunião de técnicos com o objectivo de recomendar decisões que facilitem a circulação de pessoas entre os países da CPLP; e
8. pela conveniência de se agilizar o processo de concessão de vistos consulares, inclusive através da troca de oficiais de ligação.

Fórum da Juventude da CPLP
(Praia, 27 de abril a 1º de maio de 1997)

1. Foram elaborados e aprovados, na oportunidade:
 - a) a Declaração de Constituição,
 - b) os Estatutos do Fórum de Juventude da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa,
 - c) as Linhas Orientadoras do Fórum da Juventude da CPLP, e
 - d) Moções de Solidariedade com o Saara Ocidental, com os imigrantes ilegais e com o Timor-Leste.

2. Contam-se, ainda, entre os objectivos do Fórum:
 - a) manter e aprofundar os laços de fraternidade e solidariedade existente entre os jovens dos países membros da Comunidade;
 - b) promover a troca de experiências e de trabalho no âmbito do aprofundamento do movimento associativo juvenil, da participação juvenil na consolidação de uma cidadania democrática que permita intensificar os intercâmbios e a mobilidade juvenis na CPLP;
 - c) procurar ver garantidas a integração e a protecção social das comunidades de língua portuguesa emigradas num outro país membro da Comunidade;
 - d) pressionar os Governos da Comunidade para que, em condições de reciprocidade, produzam legislação que permita aos cidadãos emigrantes o exercício dos direitos cívicos;
 - e) assumir como valor fundamental a liberdade de circulação de pessoas;
 - f) defender que a CPLP encontre mecanismos de integrar a realidade das comunidades lusófonas presentes em países não membros da CPLP;
 - g) desenvolver esforços junto dos Governos da CPLP no sentido da abertura de serviços consulares de qualquer um dos países membros a todos os cidadãos de qualquer país membro;
 - h) afirmar Timor-Leste como preocupação fundamental da Comunidade e dos países que a constituem, pelo compromisso de, atuando concertadamente, serem envidados todos os esforços na promoção do legítimo direito do povo de Timor-Leste de decidir livremente o seu destino.

I Reunião dos Responsáveis Políticos da Cooperação na CPLP
(Lisboa, 16 e 17 de abril de 1997)

1. Na oportunidade, foi sublinhada a importância da
 - a) identificação de sectores de concentração da cooperação entre os Estados-membros; e

- b) da mobilização de recursos externos adicionais para a viabilização dos programas de cooperação da Comunidade.
2. Foram identificados os seguintes sectores de concentração para a cooperação na CPLP:
- a) desenvolvimento da capacidade institucional dos Estados, incluindo a sociedade civil;
 - b) formação e valorização dos recursos humanos;
 - c) mobilização e coordenação de acções de solidariedade, reconstrução e reabilitação do tecido social e económico.
3. O Governo português propôs à consideração dos demais membros os seguintes projectos, sobre os quais assumia as responsabilidades de financiamento e execução:
- a) criação de uma Agência Estatística Lusófona;
 - b) realização de um mestrado em gestão para cerca de 20 quadros superiores, designadamente nos sectores da administração bancária e financeira; e
 - c) apoio ao incremento da utilização da língua portuguesa na OUA e na SADC.

III Encontro Cooperativo dos Países de Língua Portuguesa **(Rio de Janeiro, 14 a 18 de abril de 1997)**

- a) Foram identificadas as seguintes necessidades:
 - 1. Assistência técnica aos diversos ramos do cooperativismo (gestão, marketing, planificação e tecnologia).
 - 2. Colaboração no domínio de materiais de informação e divulgação.
 - 3. Formação de recursos humanos e concessão de bolsas de estudo para dirigentes e associados bem como acções de conscientização cooperativista.
 - 4. Apoio na organização de ciclos de estudos e colóquios internacionais.
 - 5. Colaboração na criação de sistemas financeiros ara apoio aos projectos cooperativos nacionais.
 - 6. Intercâmbio intercooperativo para troca de experiências e reforço da cooperação.
 - 7. Execução de pesquisas sistémicas sobre as estruturas, os métodos de trabalho e problemas dos movimentos cooperativos nos países da Comunidade.
 - 8. Desenvolvimento das comunidades rurais.
 - 9. Educação cooperativa com atenção à mulher e aos jovens.

10. Promoção do enquadramento global e institucional de apoio ao cooperativismo.
11. Estímulo à pesquisa, produção e processamento agro-industrial.
12. Intercâmbio para o desenvolvimento tecnológico, comercial, financeiro e cultural.
13. Cooperação na criação de bancos de dados para o sector cooperativo.
14. Fortalecimento da gestão das empresas cooperativas.
15. Apoio e utilização dos meios informáticos nas comunicações.
16. Interligações das *Home Pages* já existentes nas organizações cooperativas dos países da Comunidade.
17. Elaboração de estratégias de promoção de negócios.
18. Maior participação e divulgação do jornal cooperativo como elemento integrador fortalecedor da cooperação.
19. Apoio ao desenvolvimento do cooperativismo de crédito.
20. Promoção da integração cooperativista aos vários níveis.

b) O Encontro propiciou também a apresentação de propostas de acções de cooperação em formação, estágios e intercâmbios tecnológicos e comerciais nas áreas de:

- consumo,
- agro-pecuária,
- educação,
- crédito,
- energia,
- construção e habitação,
- trabalho e
- saúde.

c) Foi oportunidade, ademais, para a elaboração de proposta a ser apresentada à Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP em que se explicita os objectivos da Organização Cooperativa dos Povos de Língua Portuguesa - OCPLP, criada na ocasião, e se solicita patrocínio e apoio para a efectivação das conclusões do III Encontro Cooperativo dos Países de Língua Portuguesa.

I Encontro Autárquico de Língua Portuguesa **(Praia, 13 a 15 de abril de 1997)**

O Relatório Final do Encontro propõe as seguintes iniciativas:

1. A dinamização dos acordos de gemação e de intercâmbio de experiências entre as autoridades locais dos Sete;

2. a criação de um instrumento financeiro especificamente vocacionado e adequado à área da cooperação descentralizada que possibilite, nomeadamente, a cobertura orçamental dos projectos no domínio do investimento na formação profissional de quadros e funcionários das autoridades locais e na construção de infra-estruturas diversas de interesse manifestamente reconhecido;
3. o estabelecimento de isenções fiscais no financiamento da cooperação descentralizada;
4. a adopção de um Fundo de Transportes destinado a incrementar e otimizar o fluxo de trocas objecto da cooperação;
5. o assento das autoridades locais, directamente ou por intermédio das suas Associações representativas, nas Comissões Mistas Estado a Estado existentes; e
6. a intervenção do Governo português, junto da Comissão Europeia, no sentido da criação de programas de intercâmbios de experiências e de colaboração entre os países lusófonos (à semelhança dos já existentes para a América Latina com o programa URBAL”).

I Conferência Interministerial de Ambiente
da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.
(Lisboa, 20 a 23 de fevereiro de 1997)

1. Foi criado o Observatório Comum de Ambiente, constituído pela rede dos pontos focais entre organismos homólogos na dependência dos Ministérios do Ambiente dos Países da CPLP.
2. Foram definidas como áreas prioritárias da cooperação no domínio do Ambiente, no seio da CPLP, a formação de capacidades (sejam elas em recursos humanos, ou no quadro jurídico-institucional, ou ainda no planeamento e organização básica setorial e intersectorial), o planeamento e implantações de infra-estruturas básicas.
3. Na área da concertação política, e mais especificamente nos temas da Agenda 21 em apreciação no processo preparatório da 5a. CDS/UNGASS, decidiu-se privilegiar os Oceanos e a gestão racional de resíduos.
4. Foram, ademais, consideradas importantes para a Comunidade as questões das Florestas, do Combate à Desertificação, dos Recursos Hídricos e do Saneamento (temas a que importa dar novos e mais eficazes impulsos, sustendo situações degradadas, potenciando e regulando novas soluções técnicas e impulsionando um quadro de relações internacionais mais aberto e igualitário).

I Encontro Ministerial sobre Correios e Telecomunicações da CPLP
(Maputo, 5 e 6 de dezembro de 1996)

1. Ficou assentada a importância vital do sector das comunicações para os países da CPLP como factor de desenvolvimento económico e social e fonte de segurança e bem estar das populações.
2. Foram priorizados os seguintes aspectos da cooperação entre os Sete:
 - a) a modernização dos sistemas de comunicações, quer em termos de infra-estrutura, quer de regulamentação;
 - b) a troca de experiências nacionais e reflexão conjunta sobre os processos de liberalização e privatização em curso nos diversos países;
 - c) a coordenação entre as diversas Administrações com vistas à intensificação da participação e presença dos sete países nas instâncias internacionais que se ocupam do sector das comunicações; e
 - d) a valorização dos recursos humanos ligados às comunicações nos países da Comunidade.

I Encontro dos Ministros da Agricultura da CPLP
(Lisboa, 20 e 21 de novembro de 1996)

1. Ficou assentado que o espaço da cooperação agrícola e agro-alimentar constitui área de fundamental importância no contexto da CPLP. Comprometeram-se, assim, os Ministros a dinamizar por todos os meios ao seu alcance as acções que, no seio da Comunidade, contribuam para garantir a vitalidade dessa cooperação e assegurem a sua continuidade.
2. Ademais do próximo encontro ministerial, marcado para 1998, em Cabo Verde, foram programados os seguintes eventos:
 - a) Seminário sobre biodiversidade e biotecnologia de interesse para a agricultura (sob a organização de Cabo Verde);
 - b) *Work Shop* em Angola sobre o uso e posse da terra; e
 - c) Fórum sobre questões de desenvolvimento agro-alimentar que integre as Universidades e Centros de Investigação dos Sete (Brasil).
3. Dentre os objectivos e resoluções do Encontro, destacam-se:
 - a) desenvolver as melhores vias de tornar realidade, no aspecto agrícola, florestal, agro-alimentar e do desenvolvimento rural, as complementaridades existentes entre os sete países;
 - b) no âmbito dos compromissos assumidos durante a Cimeira Mundial da Alimentação, realizada em Roma de 13 a 17 de novembro de 1996, levar à prática o “Plano de Acção da Cimeira”, através da adopção de políticas

- económicas que assegurem um desenvolvimento duradouro e uma segurança alimentar às gerações presentes e futuras;
- c) reforçar a cooperação internacional e, nesse sentido, tornar possível a realização de sinergias que permitam retirar vantagens da língua comum e benefícios nos domínios da investigação e formação de recursos humanos;
 - d) avançar na elaboração de um projecto para a valorização dos recursos humanos nos PALOP, projecto que deverá ser submetido ao financiamento internacional, nomeadamente a um Programa Indicativo Regional da União Europeia;
 - e) salientar a necessidade e importância para o sector alimentar de:
 - i. um correcto funcionamento de sistemas de crédito adaptados aos vários tipos de agricultura, camponesa e empresarial, aproveitando experiências de sistemas de crédito mútuo;
 - ii. o estreitamento de relações entre os agentes económicos nacionais dos sete países e a criação de um sistema de informações que facilite as ligações empresariais;
 - iii. dinamizar a criação de empresas nas diferentes áreas da agricultura e do agro-alimentar;
 - iv. a promoção e o acesso de jovens quadros na execução de projectos de desenvolvimento;
 - v. apoiar as regras multilaterais de comércio;
 - vi. melhorar o acesso aos mercados e aos investimentos e tecnologias avançadas;
 - vii. o convívio harmonioso entre o fortalecimento do multilateralismo e a realidade dos processos de integração regional;
 - viii. desenvolver a cooperação e concertação na adopção das regras e normas internacionais;
 - ix. aproveitar os estudos existentes de identificação de problemas e de caracterização de situações e de regiões e propiciar a divulgação do acervo documental que se encontra disperso e pouco acessível.

II Encontro dos Presidentes dos Tribunais de Contas da CPLP
(Praia, 27 a 31 de outubro de 1996)

1. Na oportunidade, foram apresentados trabalhos e efectuadas recomendações sobre os temas “Os Tribunais de Contas e as Privatizações” e “Garantias de Independência dos Tribunais de Contas”.
2. Sem prejuízo das recomendações específicas dos temas acima, foram aprovadas as seguintes sugestões no âmbito da cooperação entre os Sete:
 - a) realização de cursos e seminários a serem ministrados por técnicos dos diferentes Tribunais nas sedes das instituições interessadas;

- b) realização de cursos especialmente dirigidos aos servidores dos Tribunais integrantes da Comunidade;
- c) realização de auditorias conjuntas, conforme experiência já realizada por técnicos dos Tribunais de Contas do Brasil e de Portugal; e
- d) necessidade de serem buscadas fontes de financiamento para fazer face às despesas com deslocamento de juizes e técnicos dos Tribunais, em viagens relacionadas com as actividades de cooperação.